

Aliados procuram recurso para votar aumento da CPMF

Semana será decisiva para o futuro do pacote, dizem deputados da base governista

Christiane Samarco
de Brasília

O Congresso não votará esta semana nenhuma medida do Programa de Estabilização Fiscal, mas os líderes governistas estão convencidos de que os próximos dias serão decisivos para a sorte do ajuste de emergência. O maior desafio dos aliados é encontrar um recurso jurídico que possibilite a votação, já na próxima semana, do aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,38%.

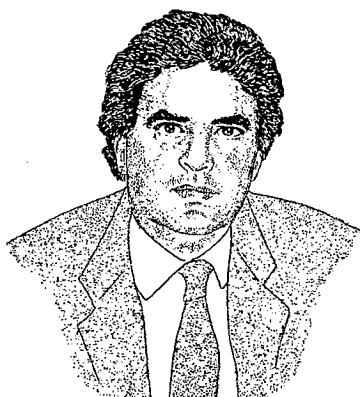
O problema é que a proposta que está tramitando na Câmara dos Deputados apenas prorroga a contribuição e nenhuma emenda prevendo o aumento de 0,18 pontos percentuais foi apresentada até sua aprovação na comissão especial. Como o regimento interno só permite emendas às propostas que alteram a Constituição durante as dez primeiras sessões da comissão especial, fica difícil encontrar uma saída que não leve as oposições a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O cronograma geral das votações até 15 de dezembro, quando se encerra o ano legislativo, será definido amanhã, em reunião dos líderes dos partidos aliados no gabinete do ministro da Previdência, Waldeck Ornêlas. "Vamos tentar encontrar uma solução para a CPMF, que é o ponto mais importante e urgente do pacote", antecipa o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG).

Uma das alternativas em estudo é reabrir a comissão especial, para tentar emplacar uma emenda com o percentual desejado pelo governo. Mesmo nesta hipótese, os aliados ficariam sujeitos a contestações por terem permitido emenda fora do prazo a um projeto já votado. Isto sem falar da preocupação com os efeitos das críticas que o ministro da Saúde, José Serra (PSDB), fez ao pacote.

Os partidos aliados, em particular o PSDB do ministro, querem colocar um ponto final neste debate, mas os opositores insistem em levar a polêmica adiante. "Queremos convocar o ministro Serra para uma audiência pública na Câmara, em que discutiremos o pacote fiscal", insiste o deputado José Genoíno (PT-SP). No Senado, é o presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Ademir Andrade (PSB-PA), quem quer ouvir os argumentos do ministro da Saúde, José Serra.

O líder do governo no Congresso Nacional, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), espera que o Executivo envie nesta segunda-feira ao Legislativo a proposta orçamentária de 1999, já com os cortes imprescindíveis ao equilíbrio das contas públicas. É fundamental que o orça-



Aécio Neves

mento chegue hoje ao Congresso, para que se possa cumprir o cronograma mínimo de discussão e votação, garantindo a aprovação da proposta até 15 de dezembro. As novas regras de procedimento para acelerar a votação do orçamento, acordadas entre os partidos governistas e as oposições, devem abrir a pauta de votação do Congresso amanhã durante as primeiras horas da noite.

Deputados federais e senadores voltam a se reunir em sessão conjunta na quarta-feira. Os líderes aliados têm pressa de votar as Medidas Provisórias (MPs) que tratam do sistema previdenciário e não poderão mais ser apreciadas depois de promulgada a reforma da Previdência. A estratégia de votação só será definida durante a conversa dos líderes com o ministro Waldeck Ornêlas, que também vai servir para uma análise de cada uma das medidas do

ajuste fiscal, propostas pela equipe econômica, incluindo aí o tempo mínimo de tramitação das propostas.

O clima entre os parlamentares governistas é de otimismo. Afinal, pondera o líder Arruda, basta a presença de metade mais um dos congressistas e a maioria dos votos destes para aprovar uma Medida Provisória. À exceção do aumento da CPMF, que é objeto de emenda à Constituição e exige no mínimo 308 votos favoráveis, os demais itens do pacote fiscal serão tratados por MP, que exige quórum bem menor, de maioria simples.

Colaborou Ruy Fabiano

"Vamos tentar encontrar uma solução para a CPMF, o ponto mais urgente do pacote", diz o líder do PSDB na Câmara.